

ARTIGO

O convite de Luiz: viagens no Planalto Sul Brasileiro

CLAUDIA RIBEIRO

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
<http://orcid.org/0000-0001-5486-4187>
cribeiro.pareci@terra.com.br

JOSÉ CARLOS GOMES DOS ANJOS

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (RS), Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-3098-9780>
jcdosanjos@yahoo.com.br

Desnaturalizando textos

As conexões entre paisagens, a racialização espacial e degradação ambiental demandam investigações mais acuradas do que as até aqui empreendidas no Brasil. Nos EUA as tensões entre paisagens e negritude vêm sendo cada vez mais analisadas, predominantemente em estudos urbanos (Pulido, 2000; Wright, 2021). No Brasil, embora sejam crescentes os estudos sobre justiça ambiental, sobretudo no que tange a comunidades quilombolas (Dias, 2020; Rangel, 2016; Silva. & Sousa, 2021), a inscrição da violência racial na paisagem é ainda pouco tematizada. Neste estudo pretendemos contribuir para que se atente a outros quadros, além dos quilombolas, em que paisagens rurais foram constituídas por tarefas – no sentido refletido por Ingold (1993) – exercidas por uma presença negra marcante, porém apagada.

Nossa perspectiva crítica declina-se a partir das margens sul-americanas, em concordância à decolonialidade tal qual defendida por Walsh (2005: 16; 2012: 11), como sendo o necessário protagonismo das especificidades da história em processos de construção do conhecimento para um lugar que tenha antecedentes coloniais. Uma necessidade nesta escrita, que recompõe o processo escravista, em êmico discernimento trazido pelo olhar habitante na paisagem pesquisada. A recomposição narrativa

se esforça por levar a sério este relato pela via perspectiva de aproximação a ações emancipatórias, compreendidas de acordo ao significado colocado por Walter Mignolo e Arturo Escobar: aquele dado pelo efetivo engajamento simetrizante do conhecimento, que permite a descoberta de disruptivo paradigma outro, junto a pensamentos oriundos das margens e representativos das diversidades e especificidades ecumenais que não constam nas platitudes científicas majoritárias modernas (Escobar, 2005; Mignolo, 2003: 21–23). Em alguma pretensão de superação do que Augustin Berque chama de paradigma ocidental moderno clássico, seguem-se procedimentos buscando alcançar a atitude qualificada por esse autor como acientífica: desconfia-se do eu racional de Descartes – aquele que para existir só necessita pensar, sem dependência de nenhum lugar ou coisa material (Berque, 2014: 10; 18; 91; 149).

Em nossas primeiras notas de pé de página – nenhuma delas acessória –, declaram-se em simultâneo os pressupostos de regionalização, os construtos acadêmicos que fundam esta escrita e disponibiliza-se outro tipo de texto, em reação ao desconforto autoral, contido no quadro mais geral de inquietação com o papel das ciências (também as humanas) no amplo âmbito do projeto moderno.

Na porção sul do planalto sul-brasileiro¹ e na região fisiográfica dos Campos de Cima da Serra de 2011 a 2018 foi vivido um caminho de estudo etnográfico, por intermédio da observação participante, seguindo as tarefas que fazem parte da rotina dos habitantes campestres dos locais pesquisados: em perspectiva de cruzamento de disciplinas a pesquisa que embasa esta contribuição é sobre a paisagem de um lugar, a qual se procura apreender a partir da particular e histórica relação de seus moradores com o meio. A específica constatação da validade da noção de paisagem bem como suas adjacentes reflexões podem ser mais bem compreendidas em (Ribeiro, 2021; Ribeiro, Anjos & Radomsky, 2015; Ribeiro, Dal Forno & Miguel, 2015).² A sistematização dos registros visuais e sonoros dos encontros (fotografias, vídeos e áudios), permitiu construir, interativamente com tais específicos habitantes desta paisagem, o longa metragem *Desejos em Paisagens Serranas*, o qual fundamentalmente integra o registro acadêmico finalmente constituído como uma tese de doutorado, contendo, além do texto escrito (onde estão em detalhe os procedimentos metodológicos empregados), uma etnografia visual como outra estratégia textual, que contém as apreciações a respeito deste trabalho mesmo e as incontornáveis autorizações dadas ao longo de seu processo construtivo (Ribeiro, 2018).³

Em sua proposital construção, esta publicação reafirma a necessidade de existência desta tessitura mista de escritos, sons e imagens, visando acessar os conhecimentos que Ingold (2000: 16) chama de “ecologia da vida”: aqueles existentes em independência de seus múltiplos contextos de instanciação nos mundos e resistentes às transmissões por formas textuais autorizadas.⁴ Sendo este artigo uma contribuição aos estudos negros emergentes que colocam em evidência a relação entre paisagens, a segregação racial, o deslocamento e o confinamento espacial (Wright, 2021). No caso em pauta, a existência rarefeita e a segregação (pelo isolamento demográfico) nas fazendas em situações de trabalho análogas

1 Da miríade de discussões sobre as regionalizações brasileiras ao longo do tempo, seguimos a escolha de Kuplin e Martin (2009).

2 Mestrado e doutorado em Desenvolvimento Rural, com apoio respectivo de bolsas de pesquisa do CNPq e da CAPES (neste caso com período sanduíche na França, conforme processo nº 88887.116952/2016-00).

3 De seu capítulo 4 emerge esta contribuição. Link acadêmico permanente do filme: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/186133/001082618-04.mp4?sequence=6&isAllowed=y>

4 Aspas duplas são utilizadas para as citações literais. Os destaques dos autores citados são assinalados em cada ocorrência e nossos próprios destaques apenas por aspas simples.

à escravidão aniquilam o lugar do escravo ao tempo em que a presença negra é omitida da história da região, em um processo de duplo obscurecimento, como deslocamento físico e como apagamento.⁵

A apresentação mais importante

Não existem fronteiras para os caminhos da louvação do Divino Espírito Santo de Vila Seca, por uma razão explicada de maneira muito simples e direta: o Divino não tem território ⁶. Assim viaja muito o grupo de festeiros condutor dessa atividade, realizada anualmente no período de fevereiro a maio, para atender aos pedidos de visita da bandeira do Divino. Essa visitação convida para a festividade em homenagem a esse padroeiro, grande tarefa sazonal, que acaba mesmo fazendo caminhos de abrangência regional no entorno da cidade de Caxias do Sul. ⁷ Por isso foi que, na observação participante feita ao grupo em um final de semana de 2013, acontece a visita em uma propriedade no distrito vizinho de Cazuzu Ferreira, no município de São Francisco de Paula. De início, conhecida como ‘Fazenda do Contrato’, só mais tarde entende-se que essa denominação corresponde a toda uma localidade interna do distrito. Um nome que rememora os antigos acertos de negociação do gado, no passado realmente compreendendo a totalidade fundiária possuída, com o tempo fracionada em unidades bem menores.⁸

Foi justamente o motivo da montagem filmica em curso que em 2016 propicia o retorno à fazenda de 200 hectares. Oportunidade na qual Luiz Antônio Wolf Batista espontânea e propositivamente se engaja na pesquisa: ato sem o qual esta história não existiria. No dia da primeira visita, seu Luiz, como todos o chamam, estava de folga com a família na sua casa, na metrópole caxiense. Funcionário da fazenda, ele chega para o almoço, ao longo do qual ele escuta as explicações da pesquisadora e o propósito de um filme em construção ali estar sendo mostrado. No vai-e-vem das conversas, menciona-se o conhecimento que já se tem sobre os bailes do passado na região. Saindo de sua escuta atenta, mas silenciosa até então, contrapõe a versão da proprietária – sua empregadora “com carteira assinada”, em sua afirmação que não existiria “esse negócio de bailes separados”. Luiz mansa e firmemente confirma que anteriormente na região os bailes e festas religiosas eram feitos em espaços segregados para pessoas identificadas como brancas, morenas e amarelas. “Coisa de 40 anos atrás”, ele comenta, já deixando a mesa da cozinha e saindo para a pequena pausa que faz na casa onde mora durante a semana (ao lado da principal), antes de voltar para “a lida” – o conjunto de tarefas que constitui o seu trabalho.

5 Teixeira (2008) historiciza a ocorrência e a vida dos escravizados na abrangência dos Campos de Cima da Serra, em suas rotas de fuga e esconderijo entre o planalto e o litoral, entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Embora a pesquisa não tenha especificamente detectado a destruição de comunidades negras nesta paisagem, disso suspeita-se fortemente. Possamai e Rizzon (1987: 49; 64 e 65) afirmam que era indissociável a presença de mão de obra negra escravizada no caso dos proprietários portugueses e sua imediata descendência, comprovada por relatos orais recolhidos pelos autores, por fartas citações a este respeito nos Autos de Medição e Legitimação por eles consultados e pelos documentos religiosos correspondentes à região, além de seus achados de várias leis de Posturas específicas à população escravizada. Suas citações da existência de capitães-do-mato e de notificações de escravos fugidos são seguros indícios históricos, que se somam aos que a paisagem mesmo ainda conserva em seu bojo. Exemplificam-se tais rastros no campo empírico de estudos com o nome da localidade de Rincão dos Quilombos, no município de São Marcos e pelo emblemático caso da Invernada dos Negros nas cercanias de Lages, estudado em profundidade por Mombelli (2009) e comentado por Vicenzi e Tafarel (2021).

6 A delimitação conceitual e operativa de território advém de Magnaghi (2000: 7), como sendo uma obra da arte, resultante do encontro entre o ser humano e a sua natureza, cuja personalidade, caráter ou identidade é a paisagem do lugar – vínculo associativo que Leite (2006a; 2006b; 2011: 82-85) defende ser obrigatório.

7 Os detalhes desse périplo – as “andanças” – empreendidos pelos festeiros de Vila Seca por vários municípios do Rio Grande do Sul são descritos em Ribeiro (2014: 92-99).

8 De acordo ao dossiê do movimento pró-anexação dos distritos de Cazuzu Ferreira e do Juá a Caxias do Sul, o tamanho médio das propriedades estaria em torno dos 80 hectares.

sódio Viagem e do recorrido mais longo composto episodicamente no *Nosso Verdadeiro Pasto, do filme Desejos em Paisagens Serranas* (Ribeiro, 2018). Apesar da aparente imperceptibilidade da presença e das contribuições dos negros para o lugar, narrativas como as de nosso companheiro de viagem explicitam o processo da codificação racial da terra, particularmente no sul do Brasil.

Recados no (des) encontro colonial

Logo após este conhecimento mútuo e sem mesmo ver o filme que havia sido o motivo da visita, Luiz espontaneamente conta sobre seu nascimento, em torno de 1950, no município de Bom Jesus, em localidade próxima da junção do arroio da Água Branca com o rio dos Touros. Com uma parteira, ele detalha, pois não existia outro jeito de ajudar mãe a deixar filho nascer naquele tempo e naquele lugar. Já falecida, sua mãe, Sueli Batista Branco de Camargo, em suas literais palavras é “morena” e foi “escrava” enquanto criança, em uma das grandes fazendas da região próxima de Bom Jesus, seu local de nascimento. Ela havia sido entregue “para ser criada”, em intenção original de sua família no sentido de melhorar a condição de vida da filha. Filha do segundo casamento de seu pai, João Batista José, que teve 20 filhos em cada uma das uniões. Ele tinha uma “terrinhã” em Bom Jesus, em uma situação no seu conjunto semelhante a algumas outras poucas histórias escutadas pela pesquisa na região. Pois não se fala muito da escravidão negra, e, nesse pouco relatado, escassos são os casos em que ex-escravizados tenham auferido alguma posse fundiária.

A mãe posteriormente se casou com um lagueano, Antônio Wolf de Ataíde, filho de uma alemã (ou italiana, como hesita Luiz), que conheceu na fazenda de Favorino Borges. Ela morava ali desde o resgate dos parentes (em sabendo de sua situação na propriedade de um primo desse fazendeiro), ele chegando a um de seus serviços feitos por temporada. Luiz chama essa ocupação de ser “carreirista”: o pai “corria carreiras nas fazendas”. Na companhia de mais oito peões, o casal viveu e trabalhou por muitos anos nessa gleba de cerca de 500 hectares, onde tiveram 11 filhos além de Luiz. A moradia era “dada”, assim como duas vacas para carnear por ano. O restante da necessidade de sustento vinha de um salário “à meia”: isso significava a metade do que era produzido por eles, plantado nas lavouras do patrão. Segundo ele lembra no caso das famílias de funcionários que moravam na fazenda, o homem ganhava essa fração da produção e a mulher alguma remuneração para lavar roupa. E podiam, “no tempo que sobrava do trabalho”, plantar no entorno deste local de moradia.

Criança ainda, tal como aconteceu com a mãe, ele é doado “para criação” a outro primo de Favorino. Esse foi o patrão “buenacho”, aquele que realmente o considerava. Lá ficou até cinco anos depois de seu casamento com a mulher Nilza, quando só então começa a ganhar um salário. Sai por desacordo com o novo sistema do filho que passa a comandar a fazenda quando o pai morre, passando para um regime de ocupação similar ao que tem hoje – a semana no campo, o final de semana na cidade com sua própria família. Com muito sacrifício (ele diz ser “muito seguro”), consegue adquirir seus próprios imóveis. Primeiro em Bom Jesus e, mais adiante, em Caxias do Sul, em cuja zona urbana fica sua própria casa. Assim, ficou 29 anos nesse seu segundo local de trabalho – a Fazenda da “Casa de Pedra”, a qual quer muito

mostrar. Posteriormente, empregou-se em outra propriedade e, agora, finalmente, faz 16 anos que está trabalhando na localidade na qual acontece nosso encontro. Nesse tempo todo, ficou apenas dois meses desempregado, quando foi ajudado pelo filho, que trabalhava nas lavouras de verdura e batata da região – as crianças, como ele diz, muito ajudaram no sustento da família, nessa ocasião e em outras oportunidades também. O fato é que estudaram e têm agora seus empregos em Caxias.

Após essa avalanche de revelações e nossa despedida, há um momento de estarrecimento: de soco vem um pensamento profundo – como Luiz disse para ser feito. No que efetivamente fazer com essas lembranças¹⁰ trazidas por ele de uma só vez. Mas também pensamentos sobre a mãe dele, criança dormindo em “um peleguinho no chão, no borralhinho embaixo do fogão”, em várias prováveis noites de dias tão terrivelmente frios como esse no qual nos conhecemos. Batida na janela do carro, ao final da pesquisa de (e no) campo neste dia, fechada por causa do vento gelado, apesar do sol que faz. Aberta a janela, sorrisos mútuos. Há muito para mostrar, insiste ele. Além do que se poderia ver na viagem da tropa do dia seguinte, ele anuncia também uma empreitada de mais longo alcance contida nessa sua proposta: ele quer retornar a uma das fazendas nas quais trabalhou anteriormente, em Bom Jesus. Assim, é que aconteceu a decisão de acompanhar Luiz nas viagens pelos ‘campos de fundo’, como são ditas de maneira geral as localidades que visitamos mais tarde: por estarem na borda do planalto, perto do desfiladeiro escavado pelos rios maiores da região.

Luiz não lembra mais a data de nascimento da mãe, nem sabe quantos anos ela tinha quando ele nasceu. Se estimada essa idade dela por ocasião do nascimento de Luiz como sendo de 25 anos, e que ela, como ele, tenha sido ‘doadá’ por volta dos seus sete anos de idade, essa escravização aconteceu na década de 1930. Uma situação que não durou muito, ele pondera, pois quando a família da mãe soube da situação dela e do irmão igualmente “emprestado”, foi logo buscar as crianças de volta para junto dos pais.

Os diálogos no filme evidenciam essa dificuldade real enfrentada pela pesquisa – a do resgate dessas memórias com variadas referências familiares, nessas incluídas as relações de parentesco. Nesse caso na circunstância de sua infância, em dificuldade que se cogita, no caso da nacionalidade da mãe do pai lageano, poder ser eventualmente atribuída às oscilações territoriais entre Itália e Alemanha ao final da primeira grande guerra. Contudo, de outra parte, o intuitivo desenrolar do que vai acontecendo mostrou que Luiz compreende muito cedo que ele tem ciência de coisas preciosas da vida do lugar – pois essas coisas fizeram parte da sua própria vivência de modo igualmente relevante. E é por isso que ele quer que isso que lembra não se perca. Um recordar que, em poucas frases, abarca de alguma forma as primeiras fases de colonização dessa paisagem – aquela empreendida pelos sesmeiros açorianos ou já brasileiros, sucedidas, mais tarde, pelos outros europeus que chegam para constituir Caxias do Sul e as outras cidades do planalto. São estes europeus os primeiros patrões da região (Ribeiro, 2014).

Aceitando a viagem pelas recordações de Luiz, aceitamos igualmente seu convite para pensar: de como a violência racial deixa rastros nas memórias que estão conectadas à terra e aos meios construídos pelas habitações humanas. No caso em pauta, pretendemos mostrar como o racismo antinegro apaga os rastros físicos de famílias negras ao tempo em que deixa indelévels pegadas nas memórias. Viajamos no

10 As lembranças pessoais e seu caminho para uma reconstrução como memória coletiva, segundo Halbwachs (1990) constitui uma situação problemática, cuja solução passa pelo seu referenciamento nos quadros sociais reais que as contextualizam: principalmente, pela procura de compartilhamentos com outras pessoas, almejando contextualizações comuns.

tempo e no espaço e pensamos em como foi que esses tipos de organismos que chamamos de bovinos chegaram pela primeira vez nessas paragens. Porque, é preciso dizer, esses organismos não eram autóctones, como também não seriam vários outros animais, plantas e seres humanos que foram aportados como ‘organismos estranhos’ a esse novo mundo – a um pedaço da ecúmena, essa parte habitada do planeta. Dizemos isso de outra forma, do ponto de vista da contingência histórica da constituição desse meio comum¹¹ (mas sem nenhuma obsessão por essa reconstituição): é o europeu que traz o gado para a América. Da historiografia a respeito dessa primeira viagem é que se pode saber que a ‘descoberta da América’ aportou na América Central esses primeiros bovinos do continente que, em poucas décadas, estavam já bem espalhados, porém para a direção norte. No Brasil, esse tipo de animal chega à década de 1530, na capitania de São Vicente. Vindos de Cabo Verde, por ação de Martim Afonso de Souza, eram animais de produção de carne e leite que, talvez para o arquipélago, tenham vindo de Trás-os-Montes, Portugal. Outra incursão dessa mesma época faz acontecer o mesmo fenômeno na Bahia e Pernambuco. De forma que a criação bovina em primeira e larga escala, no que depois vai ser o território brasileiro, foi nas suas porções nordeste e sudeste – suprimindo a força motriz e fornecendo alimento para a mão de obra humana, necessidades da atividade açucareira que iniciava. Quanto à parte meridional, uma das versões mais aceitas para a introdução do gado está ligada às missões de evangelização católica empreendidas ao sul do continente americano pelos jesuítas espanhóis, nas primeiras décadas do século XVII (Silva, A. F., 2006: 49-52).

Pelo motivo pragmático de que as práticas agrícolas impostas pelos religiosos à população indígena local não proveram a suficiente alimentação às pessoas todas contidas na missão – uma vez que a caça e coleta havia sido proibida. Esses animais teriam vindo de Assunção, no Paraguai – os quais, por sua vez, teriam sua origem em terras vicentinas, de acordo à reconstituição histórica feita por Ginja (2009) a partir de, entre outros autores, Primo (1992) e Rodero *et al.* (1992). Achados similares ao que faz para o caso do sul do Brasil Sagrilo (2015), do que encontra principalmente nas elaborações de Porto (1954), Teschauer (2002) e Assunção (2007). As vicissitudes da ordem jesuítica e da população de suas missões orientais, ao longo dos confrontos com os poderes soberanos ibéricos, são a origem das ditas vacarias constituídas em região que viriam a constituir o atual estado do Rio Grande do Sul. Com o objetivo de proteção de seu patrimônio de seres humanos e de animais, grandes deslocamentos de tropas são feitos para zonas protegidas por limites naturais, em movimento estrategicamente calculado. Assim, a *Baqueria Del Mar* se localiza na zona próxima ao litoral e, subsequentemente, tentando achar um recanto mais protegido dos ataques dos espanhóis e portugueses, os jesuítas abrem um caminho na parte de matas. Estima-se que, por volta de 1709, surge dessa forma a *Baqueria de los Piñares*, nos Campos de Cima da Serra (Duarte, 1944: 192–193).

Um relato quase mítico é rememorado recentemente sobre tal movimentação, constando em uma das não muito numerosas correspondências jesuíticas dessa época. A jornada teria sido de 850 km, partindo em 1705 da localidade uruguaia de San Borja de Yí rumo ao sul, visando arrebanhar os rebanhos dessa Vacaria então ameaçada pelos portugueses que estavam em Colônia de Sacramento — com o intuito de resguardar as “tropas dos povos do Uruguai”. Igualmente intencionavam, segundo o registrado, proteger os índios das missões de doenças que poderiam contrair junto a franceses e negros que estavam em uma

11 Como recomenda Berque (2014: 73), contra a lógica fundiária da modernidade, tenta-se encontrar a trajetória da Terra dedicada enquanto mundo. Fora da necessidade mecânica ou do acaso, encontrar “a contingência da história comum”, que é o que une cosmicamente os seres em um meio comum.

dada localidade, bem como preservá-los do contato com outros povos autóctones — ditos infieis. O narrador conta dos arrebanhamentos de gado em muitas localidades, ao longo de vários dias, culminando com uma comparação entre a Vacaria do Mar e a Vacaria dos Pinhais: o pasto na primeira já havia acabado e, mesmo se a Vacaria dos Pinhais apresentasse temperaturas mais baixas, pois estava situada em um local de maior altitude, era, no entanto, considerada mais amena. As suas aguadas, rinconadas e comodidades eram avaliadas como melhores e nela o gado logo podia ser avistado. Na primavera de 1705, essa ação teria reunido coisa de 420.000 reses – repovoado as missões e formando, com a ‘sobra’, a Vacaria dos Pinhais (Gonzalez, 1966; Perdomo, 2012).

Desse modo é que as pessoas brancas desse (des)encontro colonial principiam a explorar esse novo mundo. Os jesuítas nessa vaquejada colossal estão a fugir das incursões portuguesas – cujo motivo principal não é a captura do gado. A incursão dos bandeirantes paulistas visa à escravização de mão de obra indígena para as atividades econômicas do centro do país. Índícios históricos documentam incursões dos “escravagistas de Piratininga”: tão cedo como 1607 ou 1614, podem ter acontecido “várias entradas terra adentro do Brasil”, antes das cinco bandeiras que tem historiografia mais firme. A primeira, chamada de Aracambi, parte de São Paulo do Campo de Piratininga em 1635, pelo “Caminho do Mar” para o sertão dos Patos, capitaneada por Fernão de Camargo – o “tigre” e Luiz Dias Leme. O termo não seria o nome de grupo específico de “gentios” ou mesmo de aves aquáticas: Patos, nesta época seiscentista, era o termo que designava “qualquer região do Sul para onde partiram os expedicionários”, ou o “o nome vago de uma enorme região, ao Sul de S. Paulo, abrangendo grande área de S (sic) Catarina e Rio Grande do Sul”. Depois dessa, aconteceram mais cinco entradas, com a última sendo registrada em 1641, quando os paulistas foram derrotados na batalha de Mbororé. E um dos quatro supostos caminhos utilizados por essas primeiras invasões bandeirantes passaria no Caamo – nome que designaria nessa época os Campos de São Francisco de Paula (Jaeger, 1940: 27–28).

Chegam assim os europeus nessa parte mais fria do país – os portugueses, paulistas e lagunenses, em processo que é acelerado em meados do século XVIII pela concessão de sesmarias na região. Todavia, os Campos de Cima da Serra não eram despovoados – ali moravam os Botocudos, adversários férreos dos Kaingang do cacique geral Braga, cujas moradias ficavam nos campos e pinheirais de São Francisco de Paula, Caxias do Sul e arredores (Ribeiro, 2014).

O tipo de viagem que Luiz prepara e faz com seus vizinhos e companheiros de trabalho na fazenda em outros tempos poderia ser com uma tropa somente composta de muitos cavalos ou mulas. Tanto isso acontecia, que o fenômeno originou o nome de localidade próxima, em Criúva. São Jorge da Mulada, que foi “descoberta” no início dos 1700s, em viagem que passou por esse lugar por onde se registrou o caminho da tropa – perto do rio Lajeado Grande. Portugueses, que tinham acerto com o rei, como relatou um dos moradores que tem as lembranças mais longevas da chegada de seus familiares na região. Desse primeiro colonizador, resta a nítida memória das condições desta ocupação, como sendo resultantes de um acerto colonial. Ele tinha feito “um combinado com o reino, com o governo de Portugal, para ganhar uma partezinha em contrato, uma sesmaria de terra”. E, dessa combinação, a escravidão negra fazia parte: “quem viesse para a serra – a colônia, podia trazer quantos negros queria e se atracar a cortar mato – mas tinha de derrubar tudo; quem dizia isso era o governo de Portugal, Im-

perial”. Tanto a escravização integra essa reminiscência que dela consta o número de escravos que cada filho desse primeiro possessor português herdou: 29.¹²

Ao mesmo tempo em que a viagem avança não se pode deixar de lembrar o sabido em outra ação de conhecimento: pelo acesso a inventários nos Campos de Cima da Serra na segunda metade do século XVII, a região é caracterizada como um distrito empobrecido do Brasil Imperial, em contexto no qual o gado bovino era muito importante. Entretanto, confirmando a importante presença dos cavalos com relevância nesse primeiro comércio, principiando – no sul como um todo – no século anterior (Teixeira, 2008: 43-48). Uma vez que, em um primeiro momento, sem mercado que consumisse os couros, os sebos e as aspás, e sem muito menos existir um modo de conservar a carne em grande escala, os rebanhos bovinos eram mesmo só ‘o gado dos padres jesuítas’ nos campos meridionais. Estabelece-se, de início, certa ideia de naturalidade dessa existência animal, que embaça a contingência histórica que a tornou possível na região como um todo. Na primeira década do século XIX, com o surgimento da possibilidade da conservação da carne nas charqueadas, a exploração desse ‘recurso natural’ passa a ser feita em completa dependência destes trabalhadores escravizados (Freitas, 1993: 442; Hamesteir, 2002: 18; 71; 75-76).

A modalidade de economia pastoril serrana que se reconhece nos relatos recolhidos é reconstituída no conjunto de características do sistema agrário sesmeiro nesta paisagem (Ribeiro, 2014: 140-178; Ribeiro, Dal Forno & Miguel, 2015). Com exceção de uma lembrança isolada de abastecimento esporádico das charqueadas da região próxima a Porto Alegre, o restante das memórias dos habitantes mais idosos relata sobre as primeiras pequenas trocas comerciais com a região de Santo Antônio da Patrulha, para logo depois a atividade comercial da zona desenvolver-se por intermédio das viagens das tropas para a região serrana contígua do planalto – cruzando Bom Jesus, Lages, São Joaquim e chegando até Sorocaba. Essas atividades foram desenvolvidas pelos sesmeiros primordiais. Eles próprios ou seus descendentes subsequentemente passam a figurar nos registros históricos com o nome de estancieiros ou fazendeiros. São os primeiros patrões, conduzindo o seu negócio principalmente à custa do trabalho provido pelos “escravos” negros, em um escravismo que seria de pequenos proprietários, similar ao encontrado na grande maioria das propriedades desses campos mais setentrionais, que se dedicavam à produção destinada ao mercado interno.¹³ Em concomitância com os ditos peões campeiros: homens livres, que Gomes (1966) diz frequentemente serem índios fronteiriços, que sob alguma espécie de acerto distinto daquele do trabalho assalariado, poderiam ‘até’ fazer seu rancho no meio das lavouras.

Lavouras, aliás, sempre existentes, mesmo pequenas, como no caso da que existe ainda na Fazenda do Contrato, ou como as maiores localizadas nas bordas do planalto, o destino da tropeada. Elas servem para prover o complemento da alimentação para os animais em épocas de escassez de pasto nos campos, principalmente no inverno.

12 Havendo ele nascido na década de 1940, sabe com minúcias a história dos “troncos velhos” – antepassados que chegaram à localidade vindos de Portugal, da Ilha Terceira dos Açores e também da Ilha da Madeira (Ribeiro, 2014: 146-149).

13 Sobre o escravismo de pequenos proprietários em Teixeira (2008: 56); da posse de escravos na capitania e depois Província de São Pedro em Osório (2005; 2016).

O caso da substância dos campos de fundo

A proposta do filme abre uma perspectiva de sintonização com a condição de Luiz, quando se realiza a imagem do que ele explica: em sua exposição de como o conhecimento do alfabeto e seu funcionamento lhe é negado, sob a alegação de que ele não sabia o que era ‘a letra i’. Sem procurar uma resposta nesse momento, leva-se a sério o desafio – ou o recado – por ele lançado, e se aceita o esforço de entender o que isso significa nesse contexto que examinamos, em alguma medida juntos. A saber, o fato de que, justamente a motivação suprema que justificaria o ato de ensinar – o fato de alguém não saber o que vai ser ensinado – ser naquele tempo e lugar alegada como sendo a razão que justifica a sua exclusão do sistema de conhecimento em questão.¹⁴ Essa pequena tropeada aciona esse eco de um passado onde o gado trazido pelo colonizador virou essa ‘riqueza natural’, explorada até a sua exaustão, pelo extermínio ou escravização da população indígena, em concomitância ou imediatamente sucessiva à escravização africana. É um eco que ressoa no presente: a história desse encontro colonial nos Campos de Cima da Serra tem particularidades conflituosas que permanecem. Conflitos não somente no esmagamento da população autóctone, mas na subsequente inserção de mão de obra em um sulino modo produtivo extrativista e precário que alimenta o centro do progresso do país – o sul é aquele deixado de lado, como diz Leite (2006a: 128; 129; 133). Luiz sublinha: “as coisas eram assim naquele tempo”. Depreende-se desse seu enunciado que é mesmo preciso saber do que ocorria nesse tempo. Para isso, é necessário mais do que ciência, e sim sabedoria – inteirar-se do passado, porém em profundidade e disposição relacional com outros tempos.

A utilização da força de trabalho de humanos escravizados nas atividades da pecuária gaúcha não é consenso consolidado e muito menos uma conclusão muito antiga no campo das ciências sociais. Segundo Nogueról *et al.* (2007: 5–6), tal situação ocorrendo em uma economia bastante centrada nessa atividade acaba tendo muita influência para a construção da respectiva identidade da unidade geográfico-política – dito por tais autores ser o caso do Rio Grande do Sul, e mesmo do “Brasil Meridional”, que acaba tendo uma imagem construída como sendo um território com um perfil ao menos atenuado, senão distanciado das práticas escravistas como um todo. Outro Brasil, que não teria escravos negros: uma imagem idealizada do sul, tal qual Vitrolles (2011: 13) adota a partir de Demangeot (1972: 91). Um cenário que é contraposto por Nogueról *et al.* (2007) por levantamentos fundamentalmente historiográficos, não só no Rio Grande do Sul, como em suas vizinhanças: no Uruguai e na Argentina, e também em Santa Catarina e no Paraná. E seus próprios dados confirmam o que Osório (2005) já considerava – a existência do escravo negro de atividades campeiras. E, portanto, igualmente contrapõem os autores a assertiva inicial de incompatibilidade da escravidão com a criação extensiva de bovinos e equinos, como as por eles citadas análises de Celso Furtado (1962) e Caio Prado Júnior (2000) – em resumo, estes dois últimos autores supunham o diferimento do estado (incluído nesta parte sul do país) com relação ao país das *plantations* no século XIX, por justo não conter extensas propriedades aplicadas à produção de mercadorias exportáveis com o emprego de força de trabalho escravizada.

14 Cabe o enriquecimento deste pensamento, que pode ser exemplarmente encontrado em Alencastro (2014).

As ligações entre violência, comunidades negras e as “ecologias da vida” (Ingold, 2000) em suas especificidades regionais é um tema que demanda estudos no Brasil. O modo como a violência antinegra se inscreve sutilmente no espaço produzindo paisagens racializadas mesmo na ausência de número expressivo de famílias negras (porque foram apagadas da história da região) é o que impulsiona o modo como seguimos a narrativa de Luiz. Paisagens plácidas e bucólicas escondem com frequência a violência que faz delas ‘ecologias de vidas negras’, lugares daquilo que Orlando Patterson (1982) cunhou de “morte social” negra. As paisagens, particularmente as da Região Sul brasileira, deveriam em nossos estudos estar sempre sob o escrutínio de seus apagamentos.

Compartilhamos essa viagem até perto do horário e local do almoço de Luiz e seu companheiro – ao todo, a viagem deles será de sete a oito horas. Nesse tempo e percurso, filmaram algumas cenas eles próprios, assim como sugeriram várias estratégias para a tomada das cenas enfim realizadas, antecipando o que sabiam que ia acontecer. Assim vamos indo, até a encruzilhada para a Fazenda Velha. O local de outra despedida, conforme o combinado de parte a parte. É ali onde se vê, mais enfaticamente do que já havia sido visto até então, que os animais já têm uma boa noção do caminho a seguir – enquanto os dois tropeiros posam para a foto, a pequena tropa toma por conta própria o caminho para o destino final.

Como explicado anteriormente, o artesanato de montagem dos textos tomou algumas licenças poéticas. Dessa forma, em um ou outro ponto, a viagem fílmica levemente transcende o trajeto mera e fisicamente empreendido – como este texto, que viajou para outros lugares, enquanto segue esse trajeto. O lento passo da tropa permite um adentrar profundo no espírito dessa paisagem. Nesse rural que ainda tem “campos de fundo”, e nos quais a rarefação populacional aumenta em direta proporção à distância do centro urbano de Caxias do Sul, o nosso pensamento tem dificuldades em mudar a impressão deixada pela primeira troca de palavras com Luiz, de um sentimento a respeito de uma dominante continuidade dos mecanismos de colonização original. Se antes o colonizador eram os desenvolvedores dos interesses dos impérios ibéricos (aqui, nessa região específica, sempre o português), agora são outras apropriações citadinas que demarcam seus territórios. Igualmente conformadoras de paisagem, todavia com outro tipo de espírito: aquele que explora os ‘recursos naturais’ em nome do progresso, aventando suposta necessidade de redenção de uma região ‘estagnada’ ou ‘atrasada’.

Fica-se pensando, como pediu Luiz. De que progresso se está a se falar para essa região, fica a questão. Para ele, progresso foi ter, com muito esforço, conseguido adquirir a sua casa em Caxias, além de finalmente ter obtido a sua aposentadoria, por intermédio da concordância de sua atual empregadora, que assinou a sua carteira de trabalho. Pensamos ‘sentindo’ e apreendemos a substância desse lugar, no sentido de Ingold (2000: 144–145), como a sua linha de vida, seguida em certo grau nessa viagem. Mais do que alimento, ou de rudimentos que existiriam em alguma pré-existência, é a presença e a atividade dos ancestrais que fazem com que esse crescimento de outras existências aconteça. As pessoas são entendidas como “centros de atividade progerativa, variadamente posicionadas dentro de um campo de relacionamentos” – mais do que genealogia ou parentesco parecem importar as rizomáticas relações. E, como diz ainda Ingold, a partir de Rom Harré (1998: 3), “cada um desses centros é um sítio a partir do qual a pessoa percebe o mundo e um lugar a partir do qual agir”.

Uma perspectiva interessante traz a vida desse lugar – onde caminhos de humanos e animais ainda se cruzam, igualmente, em sua mútua história de constituição do meio, trocando substâncias nesse espaço. As vidas em movimento observadas de perto nessa viagem dizem de uma contiguidade com certo sertão nacional, em simultâneo entendimento do que é o progresso e o atraso em perspectiva também mais abrangente. Esse sertão apreendido tem tradução na descrição dada por Luiz Augusto Fischer (2014), a partir da obra de Jorge Caldeira, *História do Brasil com empreendedores*: “não apenas o mundo seco nordestino, nem simplesmente o Brasil desconhecido dos grotões, como é comum pensarmos, mas aquele Brasil cuja estrutura fundamental não era a ‘plantation’”. Este mundo, o da grande escala de produção agrária, é distinto do descrito pela viagem feita neste texto: “o mundo da produção primária em escala pequena, da exploração mineral e das trocas comerciais em amplas rotas, por grande parte da geografia do país, muitas vezes tocadas a mula e a cavalo”. Um mundo contendo a escravidão, contudo em menor escala do que a existente no mundo da *plantation*, e com a existência dos ditos ‘empreendedores do sertão’ – os tropeiros, por exemplo. Um pouco como o mundo dos negócios da antiga Fazenda do Contrato – baseados na palavra; um mundo de tradição oral, longe da lei impessoal e da institucionalização da vida moderna e, por fim, um mundo patriarcal. Se o avalia homogêneo com relação às essas características, reconhece, entretanto, o autor as suas diversidades geográficas brasileiras: “das entranhas da Amazônia até o semiárido nordestino, a leste, e ao pampa sulino, passando pelos campos gerais e pelo amplo mundo em que atuaram os mamelucos bandeirantes” (Fischer, 2014: 177–179; 181; 182).

O caso é que a substância deste lugar historicamente repete triste registro: já em associação a outras configurações de negócios agropecuários, a região continua a integrar o mapa de trabalho escravo do Brasil – Bom Jesus lidera a lista de ocorrências de notificações, Cambará do Sul e Vacaria, também na região dos Campos de Cima da Serra, nessa relação igualmente marcam posição importante (Mourad, 2015: 127).

A casa de pedra

Mal há tempo de ficar pensando em desencontro e já chega ele, trajado a passeio para o programa desse dia: a última de várias viagens seguidas pelo já mencionado caminho etnográfico de sete anos de duração. Vamos até o município de Bom Jesus, quase no limite com o vizinho São José dos Ausentes, em caminho feito quase todo por estrada de chão, muito pedregosa e esburacada, situação que faz com que a velocidade de avanço da jornada seja lenta. Também isso ocorre por conta das várias paradas, como a que acontece junto à cascata Princesa dos Campos, quando cruzamos o município de Jaquirana. Há quatro décadas, era esse o trajeto seguidamente feito por Luiz, guiando tropas do patrão na direção de São Joaquim e Lages, em Santa Catarina.

No mirador, ele aprecia a paisagem, com o som da imponente queda d’água vista ao longe preenchendo nosso entorno. Em um assombro paulatino, vê-se que o que ele mostra é a paisagem pura do lugar. Nessa cascata ele apenas constata nunca ter tido oportunidade de parar o trabalho para olhar para essa cena de beleza, uma vez que “passava de vereda”. Anteriormente, não havia tempo para essa fruição: por certo, a tropa não parava para ficar contemplando a vista. A qual, diga-se ‘de passagem’,

é um panorama espetacular, mesmo da estrada avistado. O espaço construído para admiração agora acentua e convida a este encontro espaço-tempo, permitindo o deleite da contemplação pura e simples. Desprendido de qualquer utilidade, esse momento não serve (não deve obrigação) a nada e a ninguém. Falando nisso – em paisagem –, continuamos a descortinar cenas similares aquelas que vimos na pequena tropeada para os ‘campos de fundo’, a partir da Fazenda do Contrato. Só que estamos agora na época de manejar os campos com o fogo, por isso observamos vários exemplos dessa prática acontecendo, ao longo da manhã: campos solitários, com a vegetação seca mansamente em combustão. Enquanto isso, Luiz não cessa de rememorar os nomes de lugares – e pessoas e situações a eles associados ao longo do trajeto – em paralelo ao relatar mais detalhado do transcorrer de sua própria vida. Desde que havia saído de Bom Jesus, logo depois de seu casamento, nunca mais havia retornado à “Casa de Pedra”, o lugar motivador desta nossa jornada. Juntos profundamente vivenciamos nessa viagem esse ir e vir objetivo e subjetivo que constitui a trajeção da paisagem – na sua temporalidade em íntima relação com o seu contingenciamento histórico.

Após pela estrada acompanharmos longa extensão de taipas de pedra cercando esses campos desabitados (mesmo de gado), finalmente chegamos à sede da fazenda. A proprietária reconhece prontamente Luiz, apesar dessa visita surpresa, a primeira desde a sua partida, praticamente quatro décadas atrás. Seguindo a apresentação e explicação do que estamos a fazer, ela coloca-nos à vontade para visitarmos a casa e realizarmos alguns registros em vídeo. A casa aparece como uma imponente construção, em meio ao aglomerado de instalações da antiga estância dos Campos de Cima da Serra, tudo se destacando da planície a perder de vista do entorno. Pela aparência e pelo isolamento dessa sede, é imaginado o esforço para concretizar essas edificações no lugar, intuição em seguida confirmada pelos detalhes dados por Luiz – foram feitas pelo “negro velho tio Marcelo”, com a ajuda dos muitos filhos que teve e criou nesse local, onde faleceu com mais de cem anos, segundo sua lembrança. Todos vivendo ali, ao longo de dois ou três anos foram amealhando e transformando a pedra bruta existente nas proximidades nas edificações tais quais as estamos vendo. Na conversa junto ao que ele qualifica ser uma “imensa” mangueira de pedra, tem-se praticamente a certeza de que realmente essa fazenda origina-se de uma sesmária típica – até o tamanho que Luiz rememora está de acordo com essa intuição.

Terminado nosso recorrido em volta e também no campo, Luiz insiste muito para que entremos no sobrado: passamos ao lado da cozinha em sua condução direta à sala. Entende-se o que Luiz queria mostrar, quando se olha a pintura Mural disposta na parede, praticamente reproduzindo o que todos vemos pela vista dada pela janela da peça. De outro mundo que o da teoria da paisagem disposta em “peles de papel”, ele entendeu por outra via sobre o que esse trabalho estuda. Até agora, quando reve-mos essa cena, nela não acreditamos quase. No enquadramento feito sem notarmos, ele próprio poderia ser o companheiro do tropeiro que está na cena da parede, emoldurada em efeito *trompe-l’œil*, ao lado do carro de bois postado sob as araucárias. Uma vez mais se encontra uma evidência da existência da noção de paisagem nesses campos. Logo somos conduzidos ao segundo andar, onde apreciamos nas paredes a cartografia das sesmarias serranas, aqui com outro significado. Fica evidente o pertencimento do local em outra época a este conjunto, bem como sua ampla ocorrência histórica nesta região. Um mapa no qual pudemos localizar o ponto por Luiz sempre referido – pertinho dali fica seu local de

nascimento, na confluência da “Água Branca com o rio dos Touros”. Seu olhar enfim nos leva a discernir com clareza êmica algo que a fase exploratória desta pesquisa já apontava, quando identificou o sistema agrário sesmeiro nesta paisagem: a tessitura da escravidão em sua trajeção.

Na demorada jornada de retorno até sua casa em Caxias do Sul, escutam-se atentamente as observações de Luiz, em sua elaboração sutilmente metafórica à impressão causada pela paisagem abarcada nesse trajeto. A sua análise diz que a riqueza do passado se foi. Essas grandes glebas cercadas e cultivadas às custas do trabalho de seres humanos negros escravizados são um imenso vazio hoje. Comparando com a realidade conhecida por ele em sua juventude, ele avalia que os antigos fazendeiros do sistema agrário colonial estão empobrecidos, pois não contam mais com esses braços para o trabalho: o “negro velho tio Marcelo” faleceu há anos e seus muitos filhos não mais estão por aqui. Como ele, foram buscar trabalho nas urbanidades desta região.

Neste enredo complexo desvelado neste sertão com cidades de todos os tamanhos, sem sombra de dúvida, a atitude histórica a nós mostrada por Luiz, de pronta inconformidade com práticas escravistas e subalternizantes na construção desta paisagem o mostra como um poderoso articulador neste espaço, pelo preciso e oportuno acionamento de memória que ele faz acontecer. Sertão com cara de campo, que, nesse caso particular, não é bem o pampa, mas justamente um pedaço desses roseanos “campos gerais”: os Campos de Cima da Serra. Por aceitar este seu convite para viagem é que a pesquisa escancara esse vazio que de tal paisagem faz parte. Uma herança nela contida, ainda conservada também no que diz respeito a esse aspecto, neste ‘jeito de criação’ contido nesta habitação de pessoas e animais, em constituição conjunta de seu meio. Rarefação conveniente à ocupação de seus urbanos empreendedores: em *modus operandi* ainda contendo resquícios da prática escravista colonialista.

Este artigo fornece uma perspectiva diferente sobre raça, negritude e violência disseminada e apagada das paisagens rurais do sul do Brasil. Isso é feito utilizando as expressões criativas de olhares negros que recolocam a presença negra em uma paisagem hoje predominantemente branca.

Os textos que resultaram de nosso encontro com Luiz demonstram como a morte negra está inscrita nesta paisagem como memória do terror racial, no qual o racismo antinegro – a violência anti-negra – apaga os rastros físicos de famílias e comunidades negras. Em uma conversa que ajuda a pensar a espacialidade de pessoas negras (e, por conseguinte, para todas as outras humanidades locais não brancas) baseada em corpos e terras desvalorizados pudemos gerar novas perspectivas sobre as paisagens dos Campos de Cima da Serra.

Situando as recordações de Luiz nas tramas dos estudos sobre o racismo ambiental, mostramos que classe e raça não apenas impactam negativamente os sujeitos racializados, mas também, que desde esses outros meios de vida habitante emergem perspectivas inusitadas sobre a história dessas paisagens conformadas por relações raciais. Se do passado escravocrata as negociações complexas de tempo, espaço e terror ficaram inscritas na memória, essa é uma potência para pensarmos os processos de produção de locais de toxicidade, decadência ambiental e poluição que sustentam as formas atuais de se racializar os espaços. De outra parte, se a atitude emancipatória de Luiz na paisagem permitiu a recomposição de história contemporânea de trabalho análogo à escravidão, crava o protagonismo negro na historicidade do desenvolvimento desta região do planalto meridional brasileiro.

Claudia Ribeiro é Doutora em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, onde é pesquisadora em estágio pós-doutoral.

José Carlos Gomes dos Anjos é Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atua na área da Sociologia das Relações Inter-Raciais, realizando pesquisas sobre Tradições de Matriz Africana, Racismo e Anti-Negritude.

AGRADECIMENTOS

O artigo deriva de trajetória de pesquisa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Rural, com apoio respectivo de bolsas de pesquisa do CNPq e da CAPES. Neste último caso com período sanduíche na França, conforme processo nº 88887.116952/2016-00. Gratidão a Luiz Antônio Wolf Batista pelo seu engajamento neste caminho, à equipe de edição Campos – Revista de Antropologia e aos pareceristas anônimos por suas contribuições ao aperfeiçoamento deste trabalho.

REFERÊNCIAS

- Alencastro, L. F. (2014). As cotas raciais na UnB: um parecer apresentado ao Supremo Tribunal Federal contra a ADPF 186. In: F. D. GOMES, Petrônio (Org.), *Políticas da raça — experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil* (403–411). São Paulo: Selo Negro.
- Assunção, F. O. (2007). *Historia del Gaucho*. Buenos Aires: Claridad.
- Berque, A. (2014). *Poétique de la Terre. Histoire naturelle et histoire humaine, essai de mésologie*. Paris: Éditions Belin.
- Caldeira, J. (2009). *História do Brasil com empreendedores*. São Paulo: Mameluco.
- Demangeot, J. (1972). *Le continent brésilien. Préface de Pierre Monbeig*. Paris: SEDQES.
- Dias, L. M. F. (2020). Quilombos do Vale do Ribeira, São Paulo: movimentos de defesa de territórios coletivos frente ao racismo ambiental. *Amazônica — Revista de Antropologia*, 12(1), 361–394. <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v12i1.8836>
- Duarte, M. (1944). A conquista da terra e a inicialização pastorícia no Planalto e nos fundos da Baqueria de Los Pinares. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, 96, 191–204.
- Escobar, A. (2005). O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In E. LANDER (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* (pp. 133–138). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO).
- Fischer, L. A. (2014). Simões Lopes Neto e Guimarães Rosa: a literatura e o luto no sertão. *Teresa revista de Literatura Brasileira*, 14, 175-190. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/99463>>. Acesso em: 22 nov. 2024.
- Freitas, D. (1993). O Capitalismo Pastoril. *Ensaio FEE*, 14(2), 438–465. Disponível em: < <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1621/1989>>. Acesso em: 22 nov. 2024.
- Furtado, C. (1962). *Formação Econômica do Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- Ginja, C. J. (2009). *Influência das raças bovinas Ibéricas na estrutura genética das populações de bovinos Crioulos da América Latina* (Tese de Doutorado em Engenharia Zootécnica). Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Gomes, A. M. (1966). *Fundação e Evolução das Estâncias Serranas*. Cruz Alta: Livraria Liderança.
- Gonzalez, S. (1966). *Diario de Viaje a las Vaquerías del Mar (1705)*. Montevideo: Artes Gráficas

Covadonga.

Halbwachs, M. (1990). *A Memória Coletiva*. São Paulo: Edições Vértice.

Hamesteir, M. D. (2002). *O Continente do Rio Grande de São Pedro: os Homens, suas Redes de Relações e suas Mercadorias Semoventes* (C.1727-C.1763) (Dissertação de Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Harré, R. (1998). *The singular self: an introduction to the psychology of personhood*. London: Sage.

Hasenack, H., & Weber, E. (Org.) (2010). Base cartográfica vetorial contínua do Rio Grande do Sul — escala 1:50.000. *Série Geoprocessamento n. 3* [1 DVD-ROM]. Porto Alegre: UFRGS-IB-Centro de Ecologia.

IBGE. (2016). Mapa Político do Brasil. Rio de Janeiro.

Ingold, T. (1993). The temporality of the landscape. *World Archaeology*, 25(2), 152–174. <https://doi.org/10.1080/00438243.1993.9980235>

Ingold, T. (2000). *The Perception of the Environment. Essays on livelihood, dwelling and skill*. London and New York: Taylor & Francis e-Library.

Jaeger, L. G. (1940). *As Invasões Bandeirantes no Rio Grande do Sul (1635-1641)*. Porto Alegre: Typographia do Centro S.A.

Kuplin, T. M., & Martin, E. V. (2009). Identificação de tipologias da vegetação campestre e o uso de imagem Thematic Mapper (Landsat 5) na região dos Campos de Cima da Serra, Bioma Mata Atlântica. In: *Anais do XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto*, Natal, Brasil. Disponível em: < <http://martesid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2008/11.18.00.43/doc/2769-2775.pdf> >. Acesso em: 22 nov. 2024.

Leite, M. A. F. P. (2006a). *Destruição ou Desconstrução? Questões da paisagem e tendências de regionalização* (2a. ed.). São Paulo: Editora Hucitec.

Leite, M. A. F. P. (2006b). Uso do Território e Investimento Público. *GeoTextos*, 2(2), 13-30. <https://doi.org/10.9771/1984-5537geo.v2i2.3037>

Leite, M. A. F. P. (2011). O espaço dividido nas cidades do século XXI. *Geosul*, 26(51), 75–88. <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2011v26n51p75>

Magnaghi, A. (2000). *Le projet local*. Sprimont: Mardaga.

Mignolo, W. D. (2003). *Historias locales/diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Ediciones Akal.

- Mombelli, R. (2009). *Visagens e profecias: ecos da territorialidade quilombola*. (Tese de Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Mourad, L. A. F. A. (2015). *O trabalho escravo e a ocorrência da escravidão rural contemporânea no Rio Grande do Sul*. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.
- Nogueról, L. P. F., Migówski, V., Giacomolli, E., Dias, M. S., Rodrigues, D., & Pinto, M. S. (2007). Elementos da Escravidão no Rio Grande do Sul: a lida com o gado e o “seguro” contra a fuga na fronteira com o Uruguai. 18 p. In *Anais do XXXV ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA*, Recife, Brasil. Disponível em: < <https://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A025.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2024.
- Osório, H. (2005). *Campeiros e domadores: escravos da pecuária sulista, séc. XVIII*. In Anais do 2. Encontro “Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional”. 17 p. UFRGS. Porto Alegre. Disponível em: < <https://chasquebox.ufrgs.br/public/5f4821>>. Acesso em: 22 nov. 2024.
- Osório, H. (2016). Pastores e Lavradores do Rio Grande, séculos XVIII e XIX. In: Waquil, P.D.; Matte, A.; Neske, M. Z. & Borba, M. F. S. (Orgs.), *Pecuária Familiar no Rio Grande do Sul. História, Diversidade Social e Dinâmicas de Desenvolvimento* (pp. 15-41). Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Patterson, O. (1982). *Slavery and Social Death: A Comparative Study*. Cambridge, Massachusetts, and London: Harvard University Press.
- Perdomo, J. E. (2012). La tropeada mas grande de la historia. *Revista Historica Rochense*, (1). Disponível em: < <https://www.revistahistoricarochense.com.uy/rhr-no-1/la-tropeada-mas-grande-de-la-historia/>>. Acesso em: 22 nov 2024.
- Porto, A. (1954). *História das Missões Orientais do Uruguai, Parte I*. Porto Alegre: Editora Selbach.
- Possamai, O. J., & Rizzon, L. A. (1987). *História de São Marcos*. São Marcos: Edição dos Autores.
- Prado Júnior, C. (2000). *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Publifolha.
- Primo, A. T. (1992). El Ganado Bovino en las Americas: 500 anos después. *Archivos de Zootecnia*, 41 (extra), 421–432. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=278746> >. Acesso em: 22 nov 2024.
- Pulido, L. (2000). Rethinking Environmental Racism: White Privilege and Urban Development in Southern California. *Annals of the Association of American Geographers*, 90(1), 12-40. <https://doi.org/10.1111/0004-5608.00182>
- Rangel, T. L. V. (2016). Racismo ambiental às comunidades quilombolas. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, 4(2), 129–141. Disponível em: < <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/>

ridh/article/view/393>. Acesso em: 22 nov. 2024.

Ribeiro, C. (2014). *A paisagem e a ruralidade nos distritos de Vila Seca e Criúva: Caxias do Sul, RS, Brasil* (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Ribeiro, C. (2018). *Desejos Serranos: a emancipação de uma paisagem nos Campos de Cima da Serra, Rio Grande do Sul, Brasil* (Tese de Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Ribeiro, C. (2021). Pelo caminho. In Bessa, A. S. M. (Org.), *A unidade múltipla: ensaios sobre a paisagem* (Vol. 1, pp. 159–179). Belo Horizonte: Editora da Escola de Arquitetura da UFMG.

Ribeiro, C., Anjos, J. C. G. D., & Radomsky, G. F. W. (2015). A paisagem em Criúva e Vila Seca, Caxias do Sul, Brasil: uma narrativa etnográfica. *Iluminuras*, 40(26), 1–40. <https://doi.org/10.22456/1984-1191.61253>

Ribeiro, C., Dal Forno, M. A. R., & Miguel, L. A. (2015). A paisagem na ruralidade brasileira: considerações teórico-metodológicas para uma pesquisa multidisciplinar aplicada. *Confins [Online]*, 23, 1–18. <https://doi.org/10.4000/confins.10200>

Rodero, A., Delgado, J. V., & Rodero, E. (1992). Primitive Andalusian Livestock and their Implications in the Discovery of America. *Archivos de Zootecnia*, 41(extra)(154), 383–400. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10396/3294>>. Acesso em: 22 nov. 2024.

Sagrilo, L. P. Z. (2015). *Origem e Evolução da Pecuária de Corte no Rio Grande do Sul* (Trabalho de Conclusão de Graduação em Medicina Veterinária). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Silva, A. F. (2006). *Estratégias materiais e espacialidade: uma arqueologia da paisagem do Tropeirismo nos Campos de Cima da Serra/RS* (Dissertação de Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Silva, R. N. M., & Sousa, C. C. (2021). Racismo ambiental em comunidades quilombolas no estado do Maranhão. *Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa*, 8(2), 177–197. Disponível em: < <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/amp/article/view/7060>>. Acesso em: 22 nov. 2024.

Teixeira, L. (2008). *Muito mais que senhores e escravos. Relações de trabalho, conflitos e mobilidade social em um distrito agropecuário do sul do Império do Brasil (São Francisco de Paula de Cima da Serra, RS, 1850-1871)* (Dissertação de Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Teschauer, C. (2002). *História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos* (Vol. II). São Leopoldo:

Editora UNISINOS.

Vicenzi, R., & Tafarel, E. (2021). Invernada dos Negros (SC): um povo enganado! um território retalhado! *Revista katálysis*, 24(3), 511–521. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e79696>

Vitrolles, D. (2011). *La promotion de l'origine au Brésil* (Tese de Doutorado em Géographie, Aménagement et Urbanisme). Université Lumière Lyon 2, Lyon.

Walsh, C. (2005). Introducción. (Re) pensamiento crítico y (de) colonialidad. In: Walsh, C. (Org.), *Pensamiento crítico e matriz (de)colonial. Reflexiones latinoamericanas*. Quito: Universidad Andina Simon Bolívar. Ediciones AbyaYala.

Walsh, C. (2012). “Other” Knowledges, “Other” Critiques: Reflections on the Politics and Practices of Philosophy and Decoloniality in the “Other” America. *TRANSMODERNITY: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World*, 1(3), 11–27. <https://doi.org/10.5070/T413012880>

Whitehead, A. N. (2006). *Le Concept de Nature* (J. DOUCHEMENT, Trans. Deuxième édition augmentée). Paris: Librairie Philosophique J. Vrin.

Wright, W. J. (2021). As Above, So Below: Anti-Black Violence as Environmental Racism. *Antipode*, 53(3), 791–809. <https://doi.org/10.1111/anti.12425>

O CONVITE DE LUIZ: VIAGENS NO PLANALTO SUL BRASILEIRO

Resumo: A contribuição emerge de trabalho etnográfico interdisciplinar conduzido de 2011 a 2018 nos Campos de Cima da Serra, região meridional do Brasil. A narrativa da poética agrária dos “campos de fundo” (expressão êmica) é uma das que resultaram da ‘escuta a sério’ (nosso destaque) dos seus moradores camponeses, inscrevendo-se nas possibilidades decoloniais de pesquisa na área das ciências sociais aplicadas. Por intermédio do método escolhido, em que registros audiovisuais (fotografia, vídeo e som) foram colaborativamente constituindo texto misto e inter-relacionado, colocando-se em relevo o conhecimento adquirido pelos relatos, tornou-se possível a emergência desta história na qual uma trajetória de emancipação do pouco conhecido passado escravista desta região é salientada na sua paisagem. Além desse incisivo resultado, com nosso fundamental parceiro Luiz Antônio Wolf de Ataíde buscamos desnaturalizar os convencionais modos de produção acadêmica e seus modos de apresentação.

Palavras-chave: pensamento de fronteira; etnografia visual; paisagem racializada.

LUIZ’S INVITATION: TRAVELS ON THE BRAZILIAN SOUTH PLATEAU

Abstract: This contribution has emerged from the interdisciplinary ethnographic work conducted from 2011 to 2018 in the Campos de Cima da Serra of southern Brazil. The narrative of the agrarian poetics of the “back fields” (emic expression) is one of those that have resulted from the resident peasants ‘seriously listening’ (our highlight), which lends itself to the decolonial possibilities of research in the area of applied social sciences. Applying the chosen method, in which audiovisual records (photography, video and sound) come to collaboratively constitute a mixed and interrelated text, highlighting the knowledge acquired through the reports. This pathway has enabled the emergence of this history in which a path of emancipation from this region’s little-known slave-owning past is highlighted in its landscape. In addition to this incisive result, with our fundamental partner Luiz Antônio Wolf de Ataíde, we seek to denaturalize the conventional modes of academic production and their modes of presentation.

Keywords: border thinking; visual ethnography; racialized landscape.

LA INVITACIÓN DE LUIZ: VIAJES EN LA MESETA DEL SUR BRASILEÑO

Resumen: La contribución emerge de un trabajo etnográfico interdisciplinario realizado de 2011 a 2018 en los Campos de Cima da Serra, región meridional de Brasil. La narrativa de la poética agraria de los “campos de fondo” (expresión émica) es una de las que resultaron de ‘escuchar en serio’ (nuestro destaque) a sus habitantes campesinos, inscribiéndose en las posibilidades decoloniales de investigación en el área de las ciencias sociales aplicadas. Esto se dio mediante el método elegido, en que registros audiovisuales (fotografía, video y sonido) fueron constituyendo de manera cooperativa texto mixto e interrelacionado, poniéndose en relieve el conocimiento obtenido por los relatos. Ese camino permitió el surgimiento de esta historia, en la cual una trayectoria de emancipación del poco conocido pasado esclavista de esta región es destacada en su paisaje. Además de ese incisivo resultado, con nuestro fundamental colaborador Luiz Antônio Wolf de Ataíde, buscamos desnaturalizar los convencionales modos de producción académica y sus modos de presentación.

Palabras-clave: pensamiento fronterizo; etnografía visual; paisaje racializado.

SUBMETIDO: 01/09/2023

APROVADO: 06/07/2024

PUBLICADO: 30/01/2025



Este é um material publicado em acesso
aberto sob a licença *Creative Commons*
BY-NC